



# RELATÓRIO E CONTAS

2014

## ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO .....	3
BALANÇO.....	18
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS.....	20
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES .....	22
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO .....	24
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	27
ANEXO .....	29
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO .....	47
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS.....	49

**RELATÓRIO DE GESTÃO**

**EX.<sup>MOS</sup> SENHORES ACCIONISTAS DA H-TECNIC CONSTRUÇÕES, LDA.:**

No cumprimento das disposições legais e estatutárias vimos submeter à apreciação de V. Ex.<sup>as</sup> o relatório de gestão, as demonstrações financeiras, bem como a proposta de aplicação de resultados relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014:

**RELATÓRIO DE GESTÃO****2014****1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E SECTORIAL****1.1 A nível internacional**

Sete anos após a eclosão da crise financeira global, a economia mundial continua a registar crescimentos modestos, suportados pelos crescimentos das economias emergentes e dos países em vias de desenvolvimento. De acordo com os dados divulgados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), em 2014 a atividade económica mundial registou um crescimento de 2,6%, próximo do crescimento registado em 2013 (2,5%).

A economia dos países emergentes e em vias de desenvolvimento cresceu cerca de 4,3% em 2014, distinguindo-se como o principal motor de crescimento económico mundial. No entanto, estas mostram sinais de abrandamento na sua atividade económica, sendo que hoje registam crescimentos substancialmente inferiores aos registados no período anterior ao eclodir da crise, com países a atingir taxas de crescimento de dois dígitos.

A economia dos países desenvolvidos cresceu apenas 1,6% em 2014, refletindo os problemas da crise da dívida soberana da Zona Euro e as incertezas acerca das medidas adotadas pelo governo japonês, com fortes estímulos fiscais e uma política monetária bastante expansionista.

Já a economia dos Estados Unidos da América parece ter absorvido a consolidação orçamental promovida pelo atual Executivo, uma vez que o PIB cresceu cerca de 2,3% em 2014 (face a 2,2% em 2013) de acordo com o FMI. Durante o ano de 2015, é esperada a continuação da recuperação do mercado imobiliário norte-americano, acompanhado por uma redução significativa da taxa de desemprego. No entanto, o crescimento esperado para 2015, a rondar os 2,8%, será alavancado sobretudo no aumento do investimento privado, consequência de uma maior confiança dos agentes económicos que se reveem na consolidação orçamental executada nos últimos anos. A contribuição da procura externa para o crescimento da economia norte americana será residual, dado a tendência crescente de valorização que o dólar tem demonstrado face às restantes divisas internacionais.

Pela primeira vez desde 2008, a atividade económica na Área Euro registou um crescimento em 2014 (0,8%), embora moderado devido (i) à continuação do esforço de consolidação orçamental num conjunto alargado de economias, (ii) à prevalência de condições de financiamento restritivas nos países sob pressão e (iii) à

continuação da redução dos níveis de endividamento de famílias e empresas. Contudo, continua-se a assistir nos países da Área Euro taxas muito elevadas de desemprego e taxas de inflação extremamente reduzidas que ameaçam constantemente a ainda frágil recuperação económica e financeira dos países que necessitaram de ajuda externa para consolidar as suas contas nacionais.

Embora frágil, esta evolução positiva da atividade económica na Área do Euro refletiu (i) a recuperação da procura interna (consumo privado e investimento), (ii) a manutenção de um contributo positivo das exportações, (iii) condições financeiras progressivamente mais favoráveis, (iv) a melhoria da confiança dos agentes e (v) a redução da incerteza, bem como um enquadramento externo mais favorável. Não é expectável que mais nenhum país pertencente à União Económica e Monetária Europeia venha a recorrer à assistência sob Mecanismo de Estabilidade Europeia.

A situação atual continua a ser marcada por uma elevada incerteza e por riscos significativos para a estabilidade financeira. Na Área do Euro é necessário que sejam reforçados e implementados os compromissos assumidos em 2013, de forma a assegurar (i) uma maior integração financeira, económica e orçamental e (ii) a criação dos mecanismos necessários para interromper os efeitos de interação entre risco soberano e estabilidade financeira.

É de salientar que no decurso do ano de 2014, foram anunciadas medidas de estímulo à economia da União Europeia pelo Banco Central Europeu que se comprometeu a aumentar o seu balanço até 2016 em mais de 1 bilião de euros, através de compra de dívida pública dos estados membros. Esta medida visa estimular o crescimento da economia europeia e combater as reduzidas taxas de inflação que se têm registado, através da injeção de mais moeda nas economias dos Estados Membros da zona Euro.

Observa-se que a economia global está em transição de uma fase de recuperação económica para um período de crescimento mais lento, porém mais sustentável. Enquanto o crescimento na maioria dos países em desenvolvimento se debate com as limitações da sua capacidade produtiva, o crescimento nas economias desenvolvidas da Europa e Ásia Central é dificultado pelas reestruturações que estão em curso - as políticas a adotar deverão afastar-se do estímulo da procura de curto prazo em detrimento de políticas e medidas estruturais que promovam novos empregos e aumentem o potencial de oferta das economias.

## **1.2 A nível nacional**

O ano de 2014 foi o ano de conclusão do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), o qual definiu as principais diretrizes da economia nacional desde Abril de 2011. O PAEF consistiu numa linha de financiamento estável disponibilizada por três instituições internacionais (Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu e Comissão Europeia), que pressupunha uma estratégia de ajustamentos dos

desequilíbrios macroeconómicos da economia portuguesa e de aumento do seu potencial de crescimento. Os pressupostos do PAEF assentavam num conjunto de reformas estruturais destinadas a promover a competitividade da economia nacional, a consolidação durável das contas públicas e a estabilidade do sistema financeiro, com o conseqüente e desejável regresso de Portugal aos mercados financeiros.

O ano de 2014 foi igualmente ano de balanço e de apresentação dos resultados conseqüentes do período de “austeridade” e de reestruturação das contas públicas nacionais. A execução do Programa foi elogiada por diversos interlocutores das já referidas instituições credoras, uma vez que, ao fim de três anos, possibilitou o regresso de Portugal aos mercados financeiros externos, com a emissão de dívida soberana nacional. Atualmente, Portugal encontra-se sob um programa de monitorização pós-programa que verificará o cumprimento das reformas estruturais de longo prazo e dos pressupostos-base estipulados no PAEF, liderado pela Comissão Europeia e pelo Fundo Europeu de Estabilidade Financeira.

Contudo, este processo de ajustamento dos desequilíbrios acumulados na economia portuguesa traduziu-se, em 2012 numa forte contração da procura interna, que se repetiu em 2013, embora no segundo trimestre do ano se tenha assistido a uma inversão na tendência de queda da procura interna. O ano de 2014 revelou a continuação do processo de ajustamento gradual dos desequilíbrios macroeconómicos, com a procura interna a evoluir positivamente, dando continuidade á tendência crescente que já se verificava no término de 2013.

À semelhança da evolução da procura interna, o desempenho do PIB em 2014 foi positivo, registando um crescimento de 0,9% face ao ano transato, impulsionado sobretudo pela dinâmica positiva das exportações e pelo crescimento da procura interna. Estima-se que em 2015 se registe um crescimento da atividade económica homóloga de cerca de 1,5%.

O consumo privado cresceu 2,2% em 2014, prevendo-se a continuidade do seu crescimento na ordem dos 2,1% em 2015. O consumo público diminuiu 0,5% em 2014, prevendo-se igual contração em 2015 que se justifica com a continuação do processo de consolidação orçamental. O contributo da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) para o crescimento do PIB será fulcral uma vez que se estima uma variação positiva de 4,6% face a 2014, ano em que já se verificou um crescimento de 2,2% em relação a período homólogo. A quebra do investimento sentida em anos anteriores é apontada como principal razão para a esperada e desejada renovação do *stock* de capital, que resultará em perspetivas mais favoráveis da procura.

Assim a procura interna cresceu 2,3% em 2014, prevendo-se um crescimento mais moderado de 1,0% em 2015. A moderação patente nas estimativas relacionadas com a procura interna justifica-se pelos condicionalismos impostos por um ainda elevado endividamento do sector privado e pelo processo de consolidação orçamental. Em linha com a melhoria da procura interna, as importações acompanharam

positivamente com um crescimento expressivo de 6,3%, face a 2013. As importações apresentaram durante todo o período do PAEF uma evolução negativa, apenas invertida no final de 2013. É esperado um crescimento das importações da ordem dos 3,1% durante o ano de 2015.

Por seu turno, as exportações de bens e serviços mantiveram um crescimento importante, 2,6%, em linha com a evolução da procura externa, antecipando-se um crescimento em torno de 4,2% para 2015. O aumento das exportações reflete o redimensionamento dos produtores de bens exportados, uma maior diversificação geográfica e uma melhoria dos custos relativos.

Em 2014, a economia portuguesa registou uma deflação de 0,1%. A recuperação da atividade económica irá traduzir-se numa aceleração do ritmo de crescimento dos preços, no entanto é expectável que este crescimento seja contido, justificado com a continuação do processo de ajustamento da economia portuguesa e a recuperação moderada da economia mundial. É expectável que em 2015 a inflação ronde os 0,7%.

O desemprego irá continuar a contribuir negativamente para o crescimento do PIB nos próximos anos, continuando a ser particularmente expressivo (13,5% em 2015). Apesar da taxa de desemprego em 2014 ter registado um decréscimo ao longo do ano (caiu cerca de 12,6% face a 2013, fruto da manutenção do processo de ajustamento económico e da consequente reafecção de recursos da estrutura produtiva dos sectores de bens não transacionáveis para os sectores de bens transacionáveis, para 2015 espera-se ainda uma taxa de desemprego superior à estimada para a zona Euro (11,2%).

### **1.3 No sector da Construção Civil e Obras Públicas**

Segundo dados do sector disponíveis até ao final do terceiro trimestre de 2014, o Sector da Construção em Portugal continuou a apresentar resultados pouco animadores para os seus *stakeholders*. Embora não se tenham verificado as quebras abruptas que caracterizaram o ano de 2013, o *turnaround* do ambiente económico do sector não foi alcançado nestes primeiros nove meses de 2014.

Apesar do crescimento do PIB rondar os 1% e do FBCF ter sido na ordem dos 2,5%, o sector da Construção voltou a registar um decréscimo de 4,6% no investimento realizado durante os primeiros nove meses do ano, com uma redução do VAB na ordem dos 4,9%, em termos homólogos. Perante estes indicadores, não se perspetiva um fecho de 2014 auspicioso para o sector.

No entanto, comparando a evolução registada nestes indicadores, constata-se que o comportamento do sector em 2014 é menos insatisfatório, já que as quebras apuradas em 2013 foram de 14,1% no investimento e de 13,1% no que concerne ao VAB.



O segmento de atividade que sofreu a maior queda foi, de novo, o da Construção de Edifícios Residenciais, que registou uma quebra na produção de -10% em 2014. No entanto a AECOPS divulgou através de um *press release* que após treze anos consecutivos a registar crescimentos da produção negativos, é expectável que este segmento venha a registar um crescimento positivo de 1,3% no final do ano de 2015.

Do mesmo modo, o segmento da Construção Não Residencial deverá expandir a sua produção em 2015 (+0,9%, face a cerca de -6% em 2014), devido ao desempenho favorável da sua componente privada (+1,5%, face a -2% em 2015), já que o nível de produção de edifícios não residenciais públicos deverá continuar fortemente condicionado pelo nível muito reduzido de investimento público. No total, o subsector da construção de Edifícios, que registou uma evolução negativa a rondar os 8% em 2014, deverá inverter esta tendência já em 2015 e espera-se que feche o ano com um crescimento moderado de 1,1%.

Por fim, o subsector da Engenharia Civil deverá apresentar um crescimento de 2% em 2015, após cinco anos consecutivos de quebras de produção deste tipo de trabalhos (-30% em termos acumulados, entre 2011 e 2013, e -1% em 2014), em resultado dos primeiros efeitos da entrada em vigor do Novo Programa de Fundos Estruturais Comunitário – Portugal 2020 e da conclusão das obras financiadas ao abrigo do QREN 2007-2013.

O número de trabalhadores empregados no Sector da Construção em Portugal diminuiu durante o primeiro semestre de 2014, com mais 23,2 mil postos de trabalho a serem extintos. No entanto, o 3º trimestre de 2014 acabou por apresentar pela primeira vez desde o início de 2011 uma variação trimestral do emprego positiva, com um acréscimo de 18,5 mil trabalhadores, que representa uma variação homóloga para o mesmo período de 1,6%. Por sua vez, o número de desempregados oriundos de empresas do sector de Construção e inscritos nos centros de emprego do IEFP diminuiu 17,4% em termos homólogos, perfazendo um total de 78 mil trabalhadores da construção sem ocupação, o que representava cerca de 14,3% do número de desempregados em Portugal, no final do 3º trimestre de 2014.

O crédito total concedido pelo sistema financeiro às empresas de construção manteve a trajetória negativa que se tem vindo a verificar desde meados de 2011. No final de Setembro de 2014, o *stock* de crédito bancário foi inferior a 16 mil milhões de euros, quando, apenas dois anos antes, o montante era superior a 21,5 mil milhões de euros. Em sentido inverso, comporta-se o crédito mal parado concedido às empresas do Sector da Construção, que tem vindo a aumentar significativamente. No mesmo período de dois anos, o peso do crédito mal parado em relação ao crédito total concedido a empresa de construção aumentou de 18% para 27,6%. No entanto, estes valores mais recentes estão longe do pico deste indicador registado em Setembro de 2013, quando o peso atingiu 34,1% do total. Esta evolução no último ano revela a preocupação dos *players* do sector em reestruturar a sua dívida financeira, de modo a ajustar de uma forma sustentável os encargos financeiros à

sua atividade económica. Para este desiderato, têm contribuído significativamente os diversos parceiros financeiros.

INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO DA ANÁLISE DA CONJUNTURA DO SETOR DA CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS											
Indicador	Unidade	2011	2012	2013	4.º T/13	1.º T/14	2.º T/14	3.º T/14	Jul-14	Ago-14	Sef-14
		var. anual			var. hom. Trimestral				var. hom. acumulada		
<b>Indicadores Macroeconómicos</b>											
PIB (INE - CNT)	v. real (%)	-1,8%	-3,3%	-1,4%	1,6%	1,0%	0,9%	1,1%	-	-	1,0
FBCF - Total (INE - CNT)	v. real (%)	-12,5%	-15,0%	-6,3%	0,6%	0,6%	3,3%	3,7%	-	-	2,5
FBCF - Construção (INE - CNT)	v. real (%)	-10,3%	-18,7%	-14,1%	-7,5%	-7,1%	-3,5%	-3,0%	-	-	-4,6
VAB - Construção (INE - CNT)	v. real (%)	-6,5%	-14,7%	-13,1%	-7,7%	-7,1%	-4,2%	-3,5%	-	-	-4,9
<b>Emprego e Desemprego na Construção</b>											
Nº Trabalhadores COP (INE - IE) (2)	milhares	440,3	357,2	300,5	284,7	278,7	264,8	283,3	-	-	275,6
Nº Desempregados da COP (IEFP)	milhares	73,8	97,3	101,6	93,4	95,0	87,1	79,8	89,6%	88,5%	87,3
Nº Trabalhadores COP (INE - IE) (2)	%	-	-18,9%	-15,9%	-8,4%	-7,3%	-8,4%	1,6%	-	-	-4,8
Nº Desempregados da COP (IEFP)	%	1,4%	31,9%	4,4%	-8,8%	-14,4%	-17,1%	-17,4%	-16,0%	-16,1%	-16,3
Perspectivas de Emprego (FEPICOP/UE)(1)	%	-12,4%	-16,4%	5,7%	27,1%	66,9%	35,6%	25,0%	40,9%	40,9%	40,1
<b>Produção da COP por Segmentos de Actividade</b>											
<b>Engenharia Civil</b>											
Nível Actividade Obras Eng. Civil (FEPICOP/UE)(1)	%	-1,4%	-22,1%	26,6%	89,2%	41,2%	29,9%	0,6%	26,6%	24,1%	21,5%
Valor Obras Públicas Promovido (FEPICOP)	%	-17,7%	-34,4%	18,3%	-44,2%	61,3%	11,3%	-52,4%	-2,3%	-15,1%	-6,1%
<b>Habitação</b>											
Nível Actividade Edif. Habitação (FEPICOP/UE)(1)	%	-23,6%	-25,2%	-16,3%	16,7%	59,0%	85,9%	50,1%	73,1%	71,6%	62,9%
Área Licenciada Edif. Habitação (INE-nº)	%	-29,0%	-33,3%	-30,0%	-28,4%	-16,6%	-15,9%	-8,6%	-16,0%	-15,9%	-13,7%
<b>Edifícios Não Residenciais</b>											
Nível Actividade Edif. N/ Residenciais (FEPICOP/UE) (1)	%	-15,9%	-13,5%	2,3%	32,8%	60,8%	46,5%	48,1%	57,0%	58,7%	51,4%
Área Licenciada Edif. N/ Residenciais (INE-nº)	%	-10,1%	-23,6%	-5,3%	-12,7%	26,1%	-5,7%	-22,0%	5,2%	2,4%	-3,9%
<b>Produção Global</b>											
Nível Actividade Global (FEPICOP/UE)(1)	%	-14,5%	-22,2%	7,8%	51,8%	54,9%	51,1%	26,2%	49,2%	47,7%	42,3%
Consumo de Cimento (Cimpor, Secl, outros)	%	-15,4%	-26,7%	-22,9%	-10,9%	-11,3%	-9,9%	-6,6%	-10,1%	-9,8%	-9,2%
<b>A Construção Europeia</b>											
Indicador Confiança Construção (UE - 27 países)	%	2,3%	-2,0%	4,5%	13,6%	6,8%	6,0%	8,2%	6,8%	7,0%	7,0%
Indicador Confiança Construção (UE - Portugal)	%	-19,6%	-27,2%	40,4%	72,9%	56,3%	40,0%	23,8%	46,7%	42,1%	38,4%
Carteira de Encomendas COP (UE - 27 países)	%	7,0%	-1,4%	2,9%	12,9%	4,3%	7,7%	7,6%	6,6%	6,9%	6,6%
Carteira de Encomendas COP (UE - Portugal)	%	-15,8%	-40,5%	51,4%	112,4%	68,9%	55,7%	29,1%	60,4%	53,0%	48,7%
Perspectivas Emprego COP (UE - 27 países)	%	-1,0%	-2,4%	5,7%	14,2%	8,5%	4,8%	8,7%	6,9%	7,1%	7,3%
Perspectivas Emprego COP (UE - Portugal)	%	-21,4%	-20,4%	36,1%	59,8%	51,3%	33,9%	21,5%	41,4%	37,7%	34,2%

Nota: Quadro construído com informação disponibilizada até 28 de novembro 2014

(1) Indicador que resulta das opiniões dos empresários expressas no Inquérito Mensal à Actividade realizado pela FEPICOP / UE

(2) Quebra de série no 1º trimestre de 2011 devido a alterações metodológicas.

var. hom. trimestral = [trimestre n / trimestre n-4]    var. hom. acumulada = [(Índice (n) + Índice (n+1) + .... + Índice (n+12)) / (Índice (n-12) + Índice (n-11) + ....Índice (n-1))]

Fonte: FEPICOP – Conjuntura da Construção Janeiro 2015

## 2. EVOLUÇÃO DA H TECNIC – CONSTRUÇÕES, LDA

### 2.1 Evolução da actividade

(valores expressos em euros)

Evolução da actividade	Período 2014			Período 2013		
	Quantias	Variação em valor	Variação face ao período anterior	Quantias	Variação em valor	Variação face ao período anterior
Volume de negócios	4 924 510,21	(1 274 386,86)	(20,56%)	6 198 897,07	(487 850,77)	(7,30%)
Margem bruta - Valor	565 555,22	249 408,01	78,89%	316 147,21	(33 021,02)	(9,46%)
Margem bruta - %	11,48%	6,38%	125,18%	5,10%	(0,12%)	(2,33%)
Resultado operacional	491 138,67	292 955,49	147,82%	198 183,18	(79 664,67)	(28,67%)

Analisando a evolução do volume de negócios da Empresa, constata-se que este registou uma diminuição em 2014 de cerca de 20,56% face ao exercício de 2013, correspondendo esta variação, em termos absolutos, a um decréscimo de 1.274.386,86 euros.

### 2.2 Resultado das operações

Para uma melhor apreciação da evolução da situação económica da Empresa, apresentamos em seguida o resultado das operações dos dois últimos exercícios:

(valores expressos em euros)

Resultado das operações	Período 2014			Período 2013	
	Quantias	Em % do volume de negócios	Variação face ao período anterior	Quantias	Em % do volume de negócios
Volume de negócios	4 924 510,21	100,00%	(20,56)%	6 198 897,07	100,00%
Outros rendimentos e gastos operacionais	(4 338 598,61)	(88,10)%	(26,71)%	(5 919 665,25)	(95,50)%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (RADFI)	585 911,60	11,90%	109,83%	279 231,82	4,50%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(94 772,93)	(1,92)%	16,93%	(81 048,64)	(1,31)%
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)					
Resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (RO)	491 138,67	9,97%	147,82%	198 183,18	3,20%
Resultados financeiros	(31 232,04)	(0,63)%	(415,20)%	9 908,73	0,16%
Resultado antes de imposto (RAI)	459 906,63	9,34%	121,01%	208 091,91	3,36%
Imposto sobre rendimento do período	(128 534,98)	(2,61)%	64,81%	(77 988,12)	(1,26)%
Resultado líquido do período	331 371,65	6,73%	154,70%	130 103,79	2,10%

Não obstante a quebra no Volume de Negócios, observa-se que o Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos do exercício de 2014 registou um acréscimo face a 2013 de cerca de 306.679,78 euros. O peso percentual em relação ao volume de negócios aumentou consideravelmente, passando de 4,50% (em 2013) para 11,90% (em 2014).

Observa-se igualmente que o Resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos apresenta uma variação positiva de 292.955,49 euros face a 2013.

O resultado antes de imposto registou um aumento de 121,01%, mais do que duplicando face ao exercício de 2013, a que corresponde uma variação positiva de 251.814,72 euros.

Tendo em conta as variações atrás mencionadas, verificou-se um aumento de 154,70% nos Resultados Líquidos da H TECNIC face a 2013, a que corresponde, um acréscimo em valor de 201.267,86 euros. Assim, 2014 revelou-se um ano bastante desafiante, em que a empresa sentiu novamente os efeitos negativos da conjuntura económica fortemente recessiva quer no mercado nacional, quer no mercado internacional, caracterizada pela quebra abrupta e continuada que se vem sentindo no sector da construção e consequentemente no seu Volume de Negócios. Não obstante, e devido ao esforço da H TECNIC, verificou-se uma melhoria significativa na sua margem operacional através sobretudo da diminuição dos gastos operacionais relacionados com subcontratos, que permitiram à Empresa melhorar a sua eficiência e aumentar índices de rentabilidade.

### **2.3 Política de investimento das operações**

As políticas e programas de investimentos e desinvestimentos da Empresa estão em consonância com as directrizes estabelecidas no plano estratégico da Empresa e ponderam as perspectivas de crescimento gizadas pelo *Management* em cada estágio de desenvolvimento organizacional.

### **2.4 Recursos Humanos**

No exercício de 2014 a H-TECNIC registou um número médio de trabalhadores de 38 (o número médio de trabalhadores em 2013 foi de 44).

**2.5 Situação patrimonial**

(valores expressos em euros)

Balço funcional		31.12.2014	31.12.2013
Activos não correntes	1	1 175 049,66	106 996,57
Passivos não correntes	2		60 440,00
Capitais próprios	3	3 241 034,39	2 947 887,03
Fundo de maneo	4 = 2 + 3 - 1	2 065 984,73	2 901 330,46
Caixa e equivalentes de caixa	5	1 686 232,19	1 330 102,25
Dívida financeira corrente	6		
Tesouraria líquida	7 = 5 - 6	1 686 232,19	1 330 102,25
Necessidades cíclicas - Restantes activos correntes	8	3 163 122,46	2 956 388,66
Recursos cíclicos - Restantes passivos correntes	9	2 783 369,92	1 385 160,45
Necessidades de fundo de maneo	10 = 8 - 9	379 752,54	1 571 228,21

Como se pode analisar pela apreciação do balanço funcional, a empresa apresenta uma tesouraria líquida positiva, em 2014, de cerca de 1.686.232,19 euros, valor superior em 356.129,94 euros face ao registado em 2013 (1.330.102,25 euros).

Não obstante, observa-se que em termos correntes, as necessidades cíclicas superam os recursos cíclicos disponíveis, reportando-se necessidades de fundo de maneo da ordem dos 380 mil euros.

A performance da Empresa pode ser traçada pelos seguintes principais indicadores:

Indicadores de Rentabilidade		31.12.2014	31.12.2013
Rentabilidade dos capitais próprios	R. Líquido/Capitais próprios	10,2%	4,4%
Rentabilidade das vendas	R. Líquido/Volume de negócios	6,7%	2,1%
Indicadores de Estrutura		31.12.2014	31.12.2013
Autonomia Financeira	Capitais próprios/Activo	53,8%	67,1%
Solvabilidade	Capitais próprios/Passivo+I.Minorit.	116,4%	203,9%
Indicadores de Liquidez		31.12.2014	31.12.2013
Liquidez geral	Activo corrente/Passivo corrente	1,7	3,1
Liquidez imediata	Caixa e depósitos + act. fin. correntes e detidos para negociação/Passivo corrente	0,6	1,0

Os indicadores de rentabilidade espelham a melhoria de eficiência operacional que a Empresa alcançou durante o ano de 2014, quer em termos de rentabilidade das vendas (10,2% em 2014 *versus* 4,4% em 2013), quer em termos de rentabilidade de capitais próprios (6,7% em 2014 *versus* 2,1% em 2013), não obstante a quebra no Volume de Negócios da H-TECNIC.

No que concerne aos indicadores de estrutura financeira, observa-se que os rácios de autonomia financeira e de solvabilidade, em 2014, registaram um decréscimo, por um lado devido ao aumento do Ativo (por via de um maior financiamento disponibilizado a Clientes e aumento da Caixa), não financiado por capitais próprios mas sim por passivo operacional (por via do acréscimo acentuado registado na rubrica de Fornecedores e Diferimentos).

Em termos dos indicadores de liquidez, observa-se a obtenção de rácios de liquidez geral acima da unidade. A evolução sentida de 2013 para 2014, quer no rácio de liquidez geral, quer no rácio de liquidez imediata, deve-se sobretudo ao efeito de aumento do passivo corrente não acompanhado em igual proporção pelo ativo corrente. Durante o ano de 2014, registou-se igualmente uma aplicação financeira de natureza não corrente.

### **3. EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA SOCIEDADE**

#### **3.1 Cenário macroeconómico**

Após a conclusão do PAEF, a economia nacional entrará em 2015 num período de pós-monitorização, no qual não são expectáveis grandes desvios orçamentais em relação à política que foi necessariamente imposta pelas instituições credoras internacionais. Não obstante, o ano de 2015 será igualmente marcado por eleições legislativas, o que poderá significar um alívio nas “políticas de austeridade” preconizadas pelo atual Executivo.

Assim, as perspetivas para a economia portuguesa são positivas, em linha com a recuperação económica e financeira já sentida durante o ano de 2014. É expectável que o PIB cresça cerca de 1,5% face ao ano transato, em concordância com os crescimentos esperados para a Zona Euro (1,5%) e para a União Europeia (1,7%).

Face a estas projeções, o Banco de Portugal destaca como principais riscos para o crescimento económico esperado para 2015 (i) a possibilidade da procura externa dirigida à economia portuguesa ser inferior à esperada, associada a um crescimento económico mais moderado na zona Euro, (ii) a eventual necessidade de medidas adicionais para a continuação do processo de consolidação orçamental que limitarão o crescimento económico e, por fim, (iii) um risco de recrudescimento de tensões geopolíticas e nos mercados de dívida soberana.

As melhorias macroeconómicas esperadas aliadas a um índice de confiança superior dos agentes económicos permitem auspiciar o *turnaround* do sector durante o ano de 2015. Segundo a AECOPS o sector nacional da construção civil e obras públicas deverá interromper no próximo ano um longo ciclo de recessão, que se prolonga pelo menos desde 2002, com um crescimento da atividade na ordem dos 1,5%.

### 3.2 Perspectivas de evolução da Empresa

A atividade económica em Portugal tem demonstrado sinais de recuperação, sobretudo a partir do segundo trimestre de 2013, no entanto os desafios que se vislumbram para o País com a finalização do PAEF e a continuação do esforço de contenção orçamental apresentam-se como potenciais riscos para o crescimento económico de 2015 e anos seguintes.

Os riscos referidos interagem ainda com o processo de desalavancagem do sector privado que implica uma alteração significativa das condições de financiamento e o aumento do respetivo grau de restritividade, condicionando o consumo privado e o investimento.

Refira-se que o impacto deste processo na atividade económica dependerá da sua configuração, nomeadamente das suas implicações para a concessão de novo crédito pelo sistema bancário e da capacidade das empresas não financeiras para reestruturarem as suas políticas de financiamento. Adicionalmente paira sobre o Sector a ameaça de deflação na Zona Euro que já começou a ser combatida pelo Banco Central Europeu, através da injeção de capital nas economias membros (*quantitative easing*).

Por outro lado, os fatores que incentivarão uma maior atividade do Sector serão o (i) novo Plano de Investimentos Europeu, através do Novo Programa de Fundos Estruturais Comunitário – Portugal 2020, (ii) o retorno de Portugal aos mercados financeiros (em pleno acesso) e (iii) o aumento do Investimento Direto Estrangeiro (IDE) no imobiliário e na aquisição de empresas.

Com este enquadramento é expectável que o segmento da Construção Residencial registe em 2015 um crescimento da produção da ordem dos 1,5%, após 13 anos de quebras sucessivas que revelaram perdas acumuladas a rondar os 80%.

Do mesmo modo, o sector não residencial deverá expandir a sua produção em 2015 (crescimento de 0,9%, face à redução de 6% registada durante o ano de 2014), alavancado sobretudo no desempenho da sua componente privada (+1,5%, face a -2% do que em 2014), já que a componente pública deverá continuar fortemente condicionada pelo nível muito reduzido do investimento público, estabilizando ao nível de produção de 2014. O principal fator de dinamização deste subsector será a procura imobiliária por parte de

estrangeiros, que tem conduzido a uma evolução muito positiva dos trabalhos de reabilitação e reconstrução de edifícios.

No total, o subsector da construção de Edifícios terminará 2015 com um crescimento de 1,1%, depois do ano de 2014 ter registado uma evolução negativa a rondar os 8%.

No segmento da Engenharia Civil prevê-se que 2015 apresente uma evolução positiva na ordem dos 2% face ao ano transato de 2014, revelando uma trajetória contrastante com a realidade verificada nos últimos 5 anos nos quais a produção deste subsector caiu 30% em termos acumulados.

Os fatores que sustentam o otimismo projetado para o ano de 2015 prendem-se com os resultados dos primeiros efeitos da entrada em vigor do Novo Programa de Fundos Comunitários – Portugal 2020 - e com a conclusão das obras iniciadas e financiadas ao abrigo do QREN 2007 – 2013. As restrições orçamentais do Estado continuarão a penalizar o desempenho do sector, no entanto existem uma série de trabalhos que não podem mais ser adiados, nomeadamente na componente da manutenção/reabilitação de infraestruturas.

Perante estas perspetivas o sector da construção e obras públicas poderá retomar a senda de crescimento já no ano de 2015, embora numa perspetiva moderada. O Grupo HCI possui um vasto *know-how* acumulado, que lhe permite encarar e capitalizar com confiança os desafios e as oportunidades de 2015, baseando-se sobretudo nos segmentos de infraestruturas e reabilitação de edifícios públicos.

Assim o *Management* e colaboradores continuarão empenhados em assegurar um crescimento sustentável da Empresa, criando valor para todos os *stakeholders* e, em particular, para os seus acionistas, observando uma grande disciplina estratégica e um forte rigor financeiro e operacional.

#### **4. OUTRAS INFORMAÇÕES**

Para efeito do disposto no artigo 21º do Decreto-Lei 411/91 de 17 de Outubro, informamos que não se registam quaisquer dívidas vencidas a favor da segurança social. Em observação do Decreto-Lei 543/80 de 7 de Novembro, informamos que não existem dívidas em mora ao Sector Público Estatal.

#### **5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS**

Propomos que os Resultados Líquidos apurados no exercício no montante de 331.371,65 euros tenham a seguinte aplicação:

Outras reservas:	331.371,65 euros
------------------	------------------



**6. AGRADECIMENTOS**

Por fim, queremos expressar uma palavra de agradecimento a todos os colaboradores da H TECNIC – CONSTRUÇÕES, Lda. pelo esforço e dedicação demonstrados e aos nossos clientes, fornecedores e instituições de crédito pela confiança depositada na Empresa.

Lisboa, 29 de Maio de 2015

A Gerência

José Maria Pereira Coelho

João António C. Farinha

**BALANÇO**

**H-TECNIC - Construções, Lda.**

## BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Montantes expressos em euros)

ACTIVO	Notas	31 Dezembro 2014	31 Dezembro 2013
<b>ACTIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Activos fixos tangíveis	6	192 235,25	106 996,57
Propriedades de investimento			
Goodwill			
Activos intangíveis			
Activos biológicos			
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	8	6 814,41	-
Participações financeiras - outros métodos			
Accionistas / sócios			
Outros activos financeiros	9	976 000,00	-
Activos por impostos diferidos			
Outros activos não correntes			
<b>Total do activo não corrente</b>		<b>1 175 049,66</b>	<b>106 996,57</b>
<b>ACTIVO CORRENTE:</b>			
Inventários	7	-	-
Activos biológicos			
Clientes	5 / 13.1	2 049 396,79	1 660 337,16
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos	14.1	740 424,26	133 157,35
Accionistas / sócios			
Outras contas a receber	13.2	363 924,68	1 151 717,87
Diferimentos	13.3	9 376,73	11 176,28
Activos financeiros detidos para negociação			
Outros activos financeiros			
Activos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários	4	1 686 232,19	1 330 102,25
<b>Total do activo corrente</b>		<b>4 849 354,65</b>	<b>4 286 490,91</b>
<b>Total do activo</b>		<b>6 024 404,31</b>	<b>4 393 487,48</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>			
Capital realizado		240 000,00	240 000,00
Acções (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais		51 957,00	51 957,00
Outras reservas		1 532 956,42	1 532 956,42
Resultados transitados		5 873,30	(124 230,49)
Ajustamentos em activos financeiros		(38 224,29)	-
Excedentes de revalorização			
Outras variações no capital próprio		1 117 100,31	1 117 100,31
Resultado líquido do período		2 909 662,74	2 817 783,24
		331 371,65	130 103,79
Interesses minoritários		3 241 034,39	2 947 887,03
<b>Total do capital próprio</b>		<b>3 241 034,39</b>	<b>2 947 887,03</b>
<b>PASSIVO:</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Provisões		0,00	-
Financiamentos obtidos			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos	12		60 440,00
Outras contas a pagar			
<b>Total do passivo não corrente</b>		<b>0,00</b>	<b>60 440,00</b>
<b>PASSIVO CORRENTE:</b>			
Fornecedores	5	1 462 940,79	1 072 779,20
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos	14.1	364 749,39	52 541,99
Accionistas / sócios			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar	13.2	380 603,21	259 839,22
Diferimentos	13.3	575 076,53	0,04
Passivos por impostos diferidos			
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
<b>Total do passivo corrente</b>		<b>2 783 369,92</b>	<b>1 385 160,45</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>2 783 369,92</b>	<b>1 445 600,45</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>6 024 404,31</b>	<b>4 393 487,48</b>

O anexo faz parte integrante deste balanço.

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**

## H-TECNIC - Construções, Lda.

### DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2014	2013
Vendas e serviços prestados	5 / 11	4 924 510,21	6 198 897,07
Subsídios à exploração		-	-
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	8	35 278,70	-
Variação nos inventários da produção		-	-
Trabalhos para a própria entidade		-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(318 949,80)	(469 986,69)
Fornecimentos e serviços externos	5/ 11 /14.2	(2 705 220,35)	(4 050 353,75)
Gastos com o pessoal	14.3	(1 334 784,84)	(1 362 409,42)
Imparidade de inventários (perdas / reversões)		-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	13.1	-	(24 609,00)
Provisões (aumentos / reduções)		-	-
Imparidade de investimentos não depreciables / amortizáveis (perdas / reversões)		-	-
Aumentos / reduções de justo valor		-	-
Outros rendimentos e ganhos	14.4	3 939,25	283,57
Outros gastos e perdas	14.4	(18 861,57)	(12 589,96)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>585 911,60</b>	<b>279 231,82</b>
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6	(94 772,93)	(81 048,64)
Imparidade de investimentos depreciables / amortizáveis (perdas / reversões)		-	-
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>491 138,67</b>	<b>198 183,18</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	11/ 14.5	1 004,00	51 702,41
Juros e gastos similares suportados	14.5	(32 236,04)	(41 793,68)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>459 906,63</b>	<b>208 091,91</b>
Imposto sobre o rendimento do período	12	(128 534,98)	(77 988,12)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>331 371,65</b>	<b>130 103,79</b>

O anexo faz parte integrante desta demonstração dos resultados por naturezas

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES**

**H-TECNIC - Construções, Lda.**

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

## DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Montantes expressos em euros)

RUBRICAS	Notas	2013	2012
Vendas e serviços prestados		4 924 510,21	6 198 897,07
Custo das vendas e dos serviços prestados		<u>(4 358 954,99)</u>	<u>(5 882 749,86)</u>
<b>Resultado bruto</b>		565 555,22	316 147,21
Outros rendimentos		39 217,95	(24 325,43)
Gastos de distribuição			
Gastos administrativos		-	-
Gastos de investigação e desenvolvimento			
Outros gastos		<u>(113 634,50)</u>	<u>(93 638,60)</u>
<b>Resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos</b>		<u>491 138,67</u>	<u>198 183,18</u>
Gastos de financiamento (líquidos)		<u>(31 232,04)</u>	<u>9 908,73</u>
<b>Resultados antes de impostos</b>		<u>459 906,63</u>	<u>208 091,91</u>
Imposto sobre o rendimento do período		<u>(128 534,98)</u>	<u>(77 988,12)</u>
<b>Resultado líquido do período</b>		<u><u>331 371,65</u></u>	<u><u>130 103,79</u></u>
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período		-	-
<b>Resultado líquido do período atribuível a:</b>			
Detentores do capital da empresa mãe		331 371,65	130 103,79
Interesses minoritários		<u>331 371,65</u>	<u>130 103,79</u>

O anexo faz parte integrante desta demonstração dos resultados por funções

**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO**



**H-TECNIC - Construções, Lda.**
**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO**

NO PERÍODO 2013

(Montantes expressos em euros)

Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa mãe													
	Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários	Total do capital próprio
<b>Posição no início do período 2013</b>	240 000,00	-	-	-	51 957,00	1 322 675,81	(114 336,85)	-	-	1 051 268,44	210 280,61	2 761 845,01	-	2 761 845,01
<b>Alterações no período:</b>														
Primeira adopção de novo referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis														
Variações dos excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis														
Ajustamentos por impostos diferidos							(9 893,64)					(9 893,64)		
Efeito de aquisição / alienação de participadas														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:										65 831,87		65 831,87		
Aplicação do resultado do exercício de 2012						210 280,61					(210 280,61)			
	<b>240 000,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>51 957,00</b>	<b>1 532 956,42</b>	<b>(124 230,49)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1 117 100,31</b>	<b>-</b>	<b>2 817 783,24</b>	<b>-</b>	<b>2 817 783,24</b>
<b>Resultado líquido do período</b>											130 103,79	130 103,79		130 103,79
<b>Resultado integral</b>											<b>130 103,79</b>	<b>130 103,79</b>	<b>-</b>	<b>130 103,79</b>
<b>Operações com detentores de capital no período</b>														
Realizações de capital														
Realizações de prémios de emissão														
Distribuições														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações														
	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Posição no fim do período 2013</b>	<b>240 000,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>51 957,00</b>	<b>1 532 956,42</b>	<b>(124 230,49)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1 117 100,31</b>	<b>130 103,79</b>	<b>2 947 887,03</b>	<b>-</b>	<b>2 947 887,03</b>

O anexo faz parte integrante desta demonstração das alterações no capital próprio.

**H-TECNIC - Construções, Lda.**

## DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

NO PERÍODO 2014

(Montantes expressos em euros)

Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa mãe													Total do capital próprio
	Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários	
<b>Posição no início do período 2014</b>	240 000,00	-	-	-	51 957,00	1 532 956,42	(124 230,49)	-	-	1 117 100,31	130 103,79	2 947 887,03	-	2 947 887,03
<b>Alterações no período:</b>														
Primeira adopção de novo referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis														
Variações dos excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis														
Ajustamentos por impostos diferidos														
Efeito de aquisição / alienação de participadas														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:														
Aplicação do resultado do exercício anterior							130 103,79				(130 103,79)			
Ajustamentos em activos financeiros								(38 224,29)				(38 224,29)		(38 224,29)
	<b>240 000,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>51 957,00</b>	<b>1 532 956,42</b>	<b>5 873,30</b>	<b>(38 224,29)</b>	<b>-</b>	<b>1 117 100,31</b>	<b>-</b>	<b>2 909 662,74</b>	<b>-</b>	<b>2 909 662,74</b>
<b>Resultado líquido do período</b>											331 371,65	331 371,65		331 371,65
<b>Resultado integral</b>											<b>331 371,65</b>	<b>331 371,65</b>	<b>-</b>	<b>331 371,65</b>
<b>Operações com detentores de capital no período</b>														
Realizações de capital														
Realizações de prémios de emissão														
Distribuições (dividendos)														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações														
	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Posição no fim do período 2014</b>	<b>240 000,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>51 957,00</b>	<b>1 532 956,42</b>	<b>5 873,30</b>	<b>(38 224,29)</b>	<b>-</b>	<b>1 117 100,31</b>	<b>331 371,65</b>	<b>3 241 034,39</b>	<b>-</b>	<b>3 241 034,39</b>

O anexo faz parte integrante desta demonstração das alterações no capital próprio.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

**H-TECNIC - Construções, Lda.**
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Montantes expressos em euros)

	2014	2013
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</b>		
Recebimentos de clientes	4 535 450,58	7 720 442,89
Pagamentos a fornecedores	(2 634 008,56)	(5 559 612,93)
Pagamentos ao pessoal	(1 339 259,53)	(1 356 041,13)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>562 182,49</b>	<b>804 788,83</b>
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	(484 034,49)	(54 212,07)
Outros recebimentos / pagamentos	1 465 225,59	(709 436,23)
<b>Fluxos das actividades operacionais [1]</b>	<b>1 543 373,59</b>	<b>41 140,53</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Activos fixos tangíveis	(180 011,61)	(105 720,28)
Activos intangíveis		
Investimentos financeiros	(976 000,00)	
Outros activos	(1 156 011,61)	(105 720,28)
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Activos fixos tangíveis		100,00
Activos intangíveis		
Investimentos financeiros		-
Outros activos		
Subsídios ao investimento		
Juros e rendimentos similares	1 004,00	51 702,41
Dividendos	1 004,00	51 802,41
<b>Fluxos das actividades de investimento [2]</b>	<b>(1 155 007,61)</b>	<b>(53 917,87)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Financiamentos obtidos		
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Cobertura de prejuízos		
Doações		
Outras operações de financiamento	-	-
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Financiamentos obtidos	-	
Juros e gastos similares	(32 236,04)	(41 793,68)
Dividendos		
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Outras operações de financiamento	(32 236,04)	(41 793,68)
<b>Fluxos das actividades de financiamento [3]</b>	<b>(32 236,04)</b>	<b>(41 793,68)</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]</b>	<b>356 129,94</b>	<b>(54 571,02)</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>		
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>1 330 102,25</b>	<b>1 384 673,27</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>1 686 232,19</b>	<b>1 330 102,25</b>

O anexo faz parte integrante desta demonstração dos fluxos de caixa.

**ANEXO**

## 1. Identificação da entidade

Designação da entidade: H TECNIC – Construções, Lda.

NIF: 506155218

Sede: Avenida Almirante Gago Coutinho, nº 131, Distrito: Lisboa; Concelho: Lisboa; Freguesia: São João de Brito; Código postal: 1700-029 Lisboa.

Natureza da actividade: Reabilitação de património e reforço de estruturas.

Designação da empresa-mãe: HCI Construções, SA

Sede da empresa-mãe: Avenida Almirante Gago Coutinho, nº 131, Distrito: Lisboa; Concelho: Lisboa; Freguesia: São João de Brito; Código postal: 1700-029 Lisboa.

## 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

### 2.1 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de Julho, foi revogado o Plano Oficial de Contabilidade (POC) e as Directrizes Contabilísticas com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho de 2010, face ao previsto no n.º 2 do art.º 3.º desse diploma, aplicando-se o nível de normalização contabilística correspondente às 28 normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), aprovadas pelo Aviso n.º 15655/2009, de 7 de Setembro.

Os instrumentos legais do SNC são os seguintes:

- Aviso n.º 15652/2009, de 7 de Setembro (Estrutura conceptual);
- Portaria n.º 986/2009, de 7 de Setembro (Modelos de demonstrações financeiras);
- Portaria n.º 1011/2009, de 9 de Setembro (Código de contas);
- Aviso n.º 15655/2009, de 7 de Setembro (Normas contabilísticas e de relato financeiro);
- Aviso n.º 15653/2009, de 7 de Setembro (Normas interpretativas 1 e 2).

**2.2** Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

**2.3** Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

As quantias relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2014, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística.

### **3. Principais Políticas Contabilísticas**

#### **3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras**

Na preparação das demonstrações financeiras a que se referem as presentes notas, a Empresa adoptou as Bases de Preparação das Demonstrações financeiras constantes do anexo ao Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, que instituiu o SNC.

Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

Tendo por base o disposto nas NCRF, as políticas contabilísticas adoptadas pela empresa foram as seguintes:

Principais bases de mensuração	Inicial	Subsequente
Activos fixos tangíveis	Custo	Custo menos as depreciações, estas são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.
Rédito	O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.	
Impostos sobre o rendimento	Os impostos sobre rendimentos são calculados de acordo com os critérios fiscais vigentes à data do balanço.	
Instrumentos Financeiros	Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios: (i) Clientes: as dívidas de clientes estão mensuradas ao custo menos qualquer perda de imparidade, (ii) Outras dívidas de terceiros: ao custo, (iii) Fornecedores e de outros terceiros: estas dívidas encontram-se mensuradas pelo método do custo, (iv) Empréstimos: registados no passivo pelo custo, (v) Periodizações: as diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos», (vi) Caixa e depósitos bancários: correspondem aos valores imediatamente realizáveis e (vii) Benefícios de empregados: são reconhecidas como gastos no período (incluindo o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte) em que os serviços são prestados por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respectivo.	
Contratos de construção	O rédito do contrato compreende (i) a quantia inicial de rédito acordada no contrato e (ii) as variações no trabalho, reclamações e pagamentos de incentivos do contrato, até ao ponto em que seja provável que resultem em rédito e estejam em condições de ser fiavelmente mensurados. O rédito do contrato é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber. Quando o desfecho de um contrato de construção possa ser fiavelmente estimado, o rédito e os custos associados deverão ser imputados aos diferentes períodos de acordo com o método da percentagem de acabamento, segundo o qual o rédito e os custos do contrato são reconhecidos na demonstração de resultados nos períodos contabilísticos em que o trabalho com o qual se relacionam seja executado.	

As taxas utilizadas correspondem às taxas permitidas e legalmente em vigor, com base na aplicação do Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de Dezembro, Série I, n.º 177, variando de acordo com os seguintes períodos:

Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos ativos fixos tangíveis	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis
	Terrenos	Edifícios				
Vidas úteis	-	10-20 anos	1-14 anos	4 anos	3-5 anos	4-10 anos
Taxas de depreciação	-	5,00% - 10,00%	7,14% - 100,00%	0,25	20,00% - 33,33%	10,00% - 25,00%
Métodos de depreciação	-	Quotas constantes, por duodécimos	Quotas constantes, por duodécimos	Quotas constantes, por duodécimos	Quotas constantes, por duodécimos	Quotas constantes, por duodécimos

A moeda de relato utilizada neste anexo é o Euro.

### 3.2 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas:

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.



### 3.3 Principais pressupostos relativos ao futuro:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa.

## 4. Fluxos de caixa

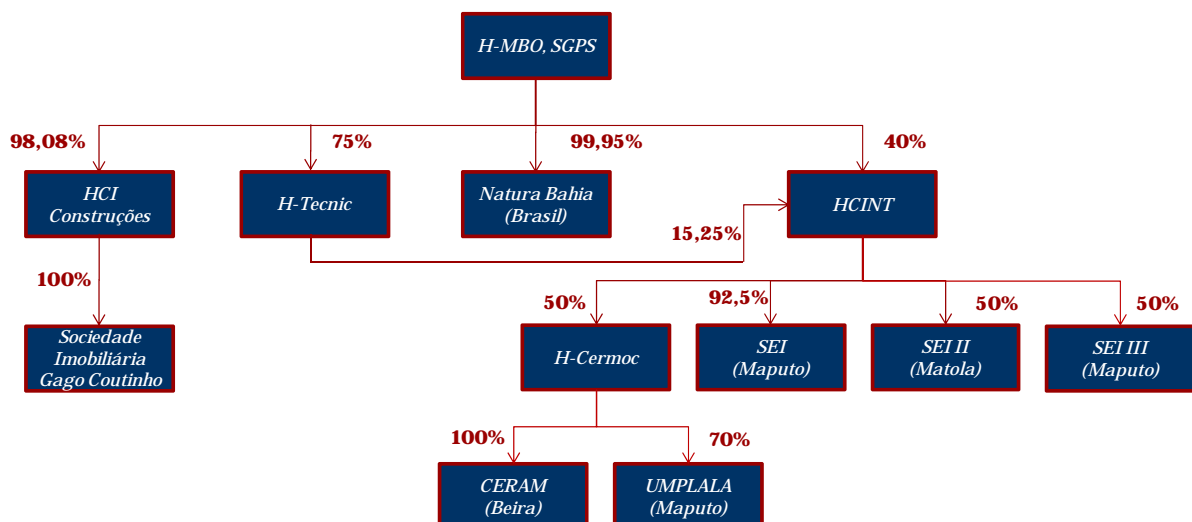
Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

*(valores expressos em euros)*

Meios financeiros líquidos constantes do balanço		31.12.2014			31.12.2013		
		Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais
Caixa	Numerário	13 733,65		13 733,65	18 213,16		18 213,16
	Subtotais	13 733,65		13 733,65	18 213,16		18 213,16
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	1 672 498,54		1 672 498,54	1 311 889,09		1 311 889,09
	Subtotais	1 672 498,54		1 672 498,54	1 311 889,09		1 311 889,09
Totais		1 686 232,19		1 686 232,19	1 330 102,25		1 330 102,25

## 5. Partes relacionadas

A H TECNIC – Construções, Lda. é uma subsidiária da H-MBO, SGPS, SA, fazendo parte do Grupo H-MBO o qual tem a seguinte configuração:



**RELATÓRIO E CONTAS 2014**

As transacções realizadas com partes relacionadas foram efectuadas nos termos e condições praticados no mercado em concordância com o disposto pelo artigo 63º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, apresentando o seguinte detalhe:

*(valores expressos em euros)*

Transacções com as partes relacionadas		Período 2014				Período 2013			
		Prestações de serviços	FSE	Juros Suportados	Juros suportados	Prestações de serviços	FSE	Juros obtidos	Juros suportados
Empresa-mãe (apenas em 2013)	HCI Construções SA					71 252,65	(403 727,36)		
	Subtotais					71 252,65	(403 727,36)		
Outras partes relacionadas	HCI Construções SA	65 008,35	(823 202,10)						
	Gago Coutinho, SA		(36 000,00)						
	Subtotais	65 008,35	(859 202,10)						
Totais		65 008,35	(859 202,10)			71 252,65	(403 727,36)		

Os saldos pendentes com as partes relacionadas apresentam a seguinte decomposição:

*(valores expressos em euros)*

Quantias dos saldos pendentes com partes relacionadas		Período 2014			Período 2013		
		Saldos pendentes em 31.12.2014			Saldos pendentes em 31.12.2013		
		Clientes	Outros activos financeiros	Fornecedores	Clientes	Outros activos financeiros	Fornecedores
Empresa-mãe (apenas em 2013)	HCI Construções SA				236 352,17		(478 125,47)
	Subtotais				236 352,17		(478 125,47)
Outras partes relacionadas	HCI Construções SA	143 969,46		(1 074 769,49)			
	HCINT - Empreendimentos Internacionais, Lda	10 683,23	976 000,00				
	Subtotais	154 652,69	976 000,00	(1 074 769,49)			
Totais		154 652,69	976 000,00	(1 074 769,49)	236 352,17		(478 125,47)

Durante o ano de 2014, a HCI Construções, S.A. alienou a sua participação financeira na H-TECNIC, Construções Lda, à H-MBO SGPS, S.A e adquiriu 15,25% do capital social da HCINT – Empreendimentos Internacionais, Lda.

**6. Ativos fixos tangíveis**

O movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e ajustamentos, foi o seguinte:

*(valores expressos em euros)*

Activos fixos tangíveis		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Totais
Em 01.01.2013	Quantias brutas escrituradas			88 948,48	401 761,14	151 135,58	225 580,59	867 425,79
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas			(80 182,81)	(366 074,49)	(127 594,73)	(209 201,66)	(783 053,69)
	Quantias líquidas escrituradas			8 765,67	35 686,65	23 540,85	16 378,93	84 372,10
Adições				1 641,07	73 292,70	19 540,29	11 246,22	105 720,28
Regularizações							(2 047,17)	(2 047,17)
Alienações, sinistros e abates					(6 000,00)			(6 000,00)
Outras alterações (depreciações acumuladas do abate)								
Depreciações				(3 272,30)	(42 172,36)	(23 032,77)	(12 571,21)	(81 048,64)
Transferência Depreciações Acumuladas					6 000,00			6 000,00
Em 31.12.2013 (01.01.2014)	Quantias brutas escrituradas			90 589,55	469 053,84	170 675,87	234 779,64	965 098,90
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas			(83 455,11)	(402 246,85)	(150 627,50)	(221 772,87)	(858 102,33)
	Quantias líquidas escrituradas			7 134,44	66 806,99	20 048,37	13 006,77	106 996,57
Adições				282,66	119 330,46	3 300,11	57 098,38	180 011,61
Alienações, sinistros e abates					(145 587,29)			(145 587,29)
Depreciações				(3 056,35)	(59 993,34)	(9 940,12)	(21 783,12)	(94 772,93)
Transferência Depreciações Acumuladas					145 587,29			145 587,29
Em 31.12.2014	Quantias brutas escrituradas			90 872,21	442 797,01	173 975,98	291 878,02	999 523,22
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas			(86 511,46)	(316 652,90)	(160 567,62)	(243 555,99)	(807 287,97)
	Quantias líquidas escrituradas			4 360,75	126 144,11	13 408,36	48 322,03	192 235,25

## 7. Inventários

No quadro seguinte apresentam-se as quantias de inventários reconhecidas como gastos durante o período:

(valores expressos em euros)

Quantias de inventários reconhecidas como gastos durante o período			2014		2013		
			Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Totais	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Totais	
Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	Inventários no começo do período	+					
	Compras	Compras	+	318 949,80	318 949,80	469 986,69	469 986,69
		Devoluções de compras	-				
		Descontos e abatimentos em compras	-				
	Inventários no fim do período	-					
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		=	318 949,80	318 949,80	469 986,69	469 986,69	
Perdas em inventários		+					
Ofertas e amostras de inventários		+					
Totais		=	318 949,80	318 949,80	469 986,69	469 986,69	

## 8. Investimentos associadas – Método de Equivalência Patrimonial

Nas demonstrações financeiras individuais da H-TECNIC, encontra-se registado o seguinte investimento na empresa associada:

(valores expressos em euros)

Listagem dos investimentos significativos em subsidiárias, entidades conjuntamente controladas e associadas			País de constituição / sede social	Interesse nas investidas		Método usado na contabilização	Quantia escriturada dos investimentos no fim do período
				Percentagem de interesse detido	Percentagem nos direitos de voto		
Período 2014	Associadas	HCINT - Empreendimentos Internacionais, Lda.	Portugal	15,25%	>20%	M.E.P.	6 814,41
		Subtotais					6 814,41
		Totais					6 814,41

Os investimentos significativos em associadas são contabilizados usando o método de equivalência patrimonial.

Neste método o investimento numa entidade é inicialmente reconhecido pelo custo e a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a parte do investidor nos resultados da investida depois da data de aquisição. A parte do investidor nos resultados da investida é reconhecida nos resultados do investidor. As distribuições recebidas de uma investida reduzem a quantia escriturada do investimento.

Durante o ano de 2014, a H-TECNIC adquiriu 15,25% do capital social da HCINT, Empreendimentos Internacionais, Lda.

(valores expressos em euros)

Investimentos e desinvestimentos em subsidiárias e associadas			Quantia escriturada dos investimentos no início do período	Aquisições	Parte no resultado	Variações nos capitais próprios	Alienações	Imparidade	Quantia escriturada dos investimentos no fim do período
Período 2014	Investimentos reconhecidos pelo método da equivalência patrimonial	HCINT - Empreendimentos Internacionais, Lda	0,00	9 760,00	35 278,70	(38 224,29)			6 814,41
		Subtotais	0,00	9 760,00	35 278,70	(38 224,29)	0,00	0,00	6 814,41
	Totais	0,00	9 760,00	35 278,70	(38 224,29)	0,00	0,00	6 814,41	

## 9. Outros ativos financeiros

Contempla um empréstimo concedido à sociedade HCINT, Empreendimentos Internacionais, LDA no montante de 976.000 euros.

## 10. Contratos de construção

Para o reconhecimento dos réditos e dos gastos das obras relativas aos contratos de construção em curso foi adoptado o método da percentagem de acabamento.

De acordo com este método, no final de cada exercício, os réditos directamente relacionados com as obras em curso são reconhecidos na Demonstração dos Resultados em função da sua percentagem de acabamento, a qual é determinada pelo rácio entre os custos suportados até à data do Balanço e os custos totais estimados das obras.

As diferenças entre os réditos apurados através da aplicação deste método e a facturação emitida são contabilizadas nas rubricas Outros ativos correntes ou Outros passivos correntes, consoante a natureza da diferença.

Variações nos trabalhos face à quantia de rédito acordada no contrato são reconhecidas no resultado do exercício quando é provável que o cliente aprove a quantia de rédito proveniente da variação e que esta possa ser mensurada com fiabilidade.

À data do Balanço, é constituída uma provisão para as perdas estimadas em obras em curso, correspondente à margem negativa por reconhecer e para fazer face aos gastos. Para fazer face aos gastos a incorrer durante o período de garantia das obras, é constituída anualmente uma provisão para fazer face a tal obrigação legal, a qual é apurada tendo em conta o volume de produção anual e o historial de gastos suportados no passado com as obras em período de garantia.

A H TECNIC – Construções, Lda. constituía provisão pelo valor máximo permitido fiscalmente (5%) no entanto com a adopção do SNC, uma vez que não havia no historial gastos incorridos durante o período de garantia, as provisões deixaram de ser reconhecidas na totalidade, não sendo portanto consideradas quaisquer provisões nos exercícios de 2013 e 2014.

Apresenta-se adiante síntese da posição das obras em curso no final do exercício de 2014:

*(valores expressos em euros)*

Prod. Orçamento	Custos Orçamento	Prod. Real	Custo Real	Prod. Dif	Acresc. Prod.
5 362 959,32	2 820 379,21	703 111,54	85 646,16	540 255,12	

## 11. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

Para o reconhecimento dos réditos e dos gastos das obras relativas aos contratos de construção em curso foi adoptado o método da percentagem de acabamento. De acordo com este método, no final de cada exercício, os réditos diretamente relacionados com as obras em curso são reconhecidos na Demonstração dos Resultados em função da sua percentagem de acabamento, a qual é determinada pelo rácio entre os custos suportados até à data do Balanço e os custos totais estimados das obras.

As diferenças entre os réditos apurados através da aplicação deste método e a facturação emitida são contabilizadas nas rubricas Outros ativos correntes ou Diferimentos, consoante a natureza da diferença.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

(valores expressos em euros)

Quantias dos réditos reconhecidas no período	Período 2014			Período 2013		
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior
Prestação de serviços	4 924 510,21	99,98%	(20,56%)	6 198 897,07	99,30%	(7,30%)
Juros	1 004,00	0,02%	(98,06%)	51 702,41	0,70%	9,64%
Totais	4 925 514,21	100,00%	(21,20%)	6 250 599,48	100,00%	(7,18%)

## 12. Impostos

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos.

Deste modo, a declaração fiscal da Empresa do ano de 2014 poderá vir ainda a ser sujeita a revisão.

A Gerência da Empresa entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquela declaração de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2014.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

**RELATÓRIO E CONTAS 2014**
*(valores expressos em euros)*

Demonstração do relacionamento entre o lucro contabilístico e os gastos/(rendimentos) de impostos		Período 2014			Período 2013		
		Base	Taxa	Imposto	Base	Taxa	Imposto
Produto do lucro contabilístico (Resultado antes de impostos)	Resultado líquido do período	331 371,65			130 103,79		
	Gastos/(rendimentos) de impostos	128 534,98			77 988,12		
multiplicado pela(s) taxa(s) de imposto aplicável(eis)		459 906,63	27,95%	128 534,98	208 091,91	37,48%	77 988,12
Resultado antes de impostos							
Ajustamentos para Lucro/(Prejuízo fiscal)		244 433,59			288 535,16		
Lucro/(Prejuízo fiscal)		704 340,22			496 627,07		
Dedução de perdas fiscais							
Matéria coletável / colecta		704 340,22	22,87%	161 098,25	496 627,07	25,00%	124 156,77
Outras componentes do imposto (derrama, tributação autónoma, etc.)				27 876,73			19 663,22
	Imposto corrente			188 974,98			143 819,99
	Imposto diferido			(60 440,00)			(65 831,87)
Gastos/(rendimentos) de impostos e taxa efetiva média		459 906,63	27,95%	128 534,98	208 091,91	37,48%	77 988,12

*(valores expressos em euros)*

Quantias dos principais componentes de (gasto)/rendimento de impostos			2014			2013		
			Demonstração dos resultados	Outras rubricas do capital próprio	Totais	Demonstração dos resultados	Outras rubricas do capital próprio	Totais
Ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores			1					
Imposto sobre o rendimento do período	Imposto corrente		2	(188 974,98)	(188 974,98)	(143 819,99)		(143 819,99)
	(Gastos)/rendimentos por impostos diferidos	De alterações nas políticas contabilísticas e nos erros não contabilizadas retrospectivamente		60 440,00	60 440,00	65 831,87		65 831,87
		Da (redução)/reversão de uma diminuição anterior de ativos por impostos diferidos						
	Imposto diferido		3	60 440,00	60 440,00	65 831,87		65 831,87
Imposto sobre o rendimento do período			4 = 2 + 3	(128 534,98)	(128 534,98)	(77 988,12)		(77 988,12)
Totais			5 = 1 + 4	(128 534,98)	(128 534,98)	(77 988,12)		(77 988,12)

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se esperam estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

*(valores expressos em euros)*

Quantias de ativos e de passivos por impostos diferidos reconhecidos no balanço e correspondentes movimentos ocorridos durante o período			2014				2013			
			Saldo no começo do período	Movimentos do período via		Saldo no fim do período	Saldo no começo do período	Movimentos do período via		Saldo no fim do período
				Demonstração dos resultados	Outras rubricas do capital próprio			Demonstração dos resultados	Outras rubricas do capital próprio	
Passivos por impostos diferidos	Provenientes de diferenças temporárias	Anulação das Provisões para Garantia (aplicação da NCRF 19)	(60 440,00)	60 440,00		0,00	(182 210,10)	65 831,87	55 938,23	(60 440,00)
	Totais		(60 440,00)	60 440,00		0,00	(182 210,10)	65 831,87	55 938,23	(60 440,00)



### 13. Instrumentos financeiros

#### 13.1 Clientes

Apresenta-se em seguida reconciliação entre as quantias brutas e líquidas da conta de clientes relativas aos exercícios de 2013 e 2014:

(valores expressos em euros)

Reconciliação entre as quantias brutas e as quantias líquidas por classe de ativos sujeitos a perdas de imparidade	Período 2014				Período 2013			
	Quantias brutas	Depreciações e amortizações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas	Quantias brutas	Depreciações e amortizações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas
Clientes	2 074 005,79		(24 609,00)	2 049 396,79	1 684 946,16		(24 609,00)	1 660 337,16
Totais	2 074 005,79		(24 609,00)	2 049 396,79	1 684 946,16		(24 609,00)	1 660 337,16

O detalhe das imparidades e respetivas reversões reconhecidas durante o período encontra-se espelhado no quadro seguinte:

(valores expressos em euros)

Perdas por imparidade	Acumuladas em 01.01.2013	Reconhecidas no período	Revertidas no período	Acumuladas em 31.12.2013	Reconhecidas no período	Revertidas no período	Regularização de incobráveis	Acumuladas em 31.12.2014
Clientes		(24 609,00)		(24 609,00)				(24 609,00)
Totais		(24 609,00)		(24 609,00)				(24 609,00)

#### 13.2 Outras contas a receber e a pagar

(valores expressos em euros)

Outras contas a receber			31.12.2014	31.12.2013
Outras contas a receber	Devedores por acréscimos de rendimentos	Diversos		16 127,82
		Subtotais	0,00	16 127,82
	Outros Devedores e Credores	Diversos	363 924,68	1 135 590,05
		Subtotais	363 924,68	1 135 590,05
Total			363 924,68	1 151 717,87

**RELATÓRIO E CONTAS 2014**

*(valores expressos em euros)*

Outras contas a pagar			31.12.2014	31.12.2013
Outras contas a pagar	Credores por acréscimos de gastos	Remunerações a liquidar	139 920,56	144 395,25
		Outros acréscimos de custos	232 021,50	115 443,97
		Subtotais	371 942,06	259 839,22
	Outros credores	Outros	8 661,15	
		Subtotais	8 661,15	0,00
Total			380 603,21	259 839,22

**13.3 Diferimentos**

Os saldos dos diferimentos (ativos e passivos) em 31.12.2013 e 31.12.2014 apresentavam a seguinte composição:

*(valores expressos em euros)*

Diferimentos Activos			31.12.2014	31.12.2013
Diferimentos	Gastos a reconhecer	Outros custos diferidos	9 376,73	11 176,28
		Total	9 376,73	11 176,28
Diferimentos Passivos			31.12.2014	31.12.2013
Diferimentos	Rendimentos a reconhecer	Facturação Diferida	575 076,53	0,04
		Total	575 076,53	0,04

**14. Outras informações**
**14.1 Estado e outros entes públicos**

O saldo da conta Estados e outros entes públicos (saldo devedor e credor) a 31.12.2013 e a 31.12.2014 apresentava a seguinte decomposição:

*(valores expressos em euros)*

Estado e outros entes públicos			31.12.2014	31.12.2013
Saldo devedor	IRC - Imposto a recuperar		261 768,84	
	IVA - Imposto a recuperar		477 892,08	133 157,35
	Outros		763,34	
	Total		740 424,26	133 157,35
Saldo credor	Retenção de impostos sobre rendimentos		14 478,00	16 115,49
	IRC - Imposto a pagar		332 794,97	14 239,33
	Contribuições para a Segurança Social		17 476,42	22 187,17
	Total		364 749,39	52 541,99

**14.2 Fornecimentos e serviços externos**

A conta de fornecimentos e serviços externos referentes ao período de 2014 e 2013 apresentava a seguinte decomposição:

*(valores expressos em euros)*

Fornecimentos e Serviços Externos	Período 2014	Período 2013
Subcontratos	1 329 894,85	2 843 838,25
Trabalhos Especializados	857 584,40	412 692,63
Publicidade e Propaganda	2 698,88	856,68
Vigilância e Segurança	10 835,84	10 798,69
Honorários	13 290,47	57 191,85
Conservação e Reparação	28 247,08	26 436,93
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	41 781,49	83 143,52
Materiais	9 155,26	13 819,81
Electricidade	943,83	1 598,75
Combustíveis	62 440,69	90 781,48
Água	6 250,99	2 262,22
Outros fluídos	1 468,37	1 245,69
Deslocações e Estadas	57 773,16	86 078,43
Transporte de Mercadorias	8 410,75	22 300,52
Rendas e Alugures	158 296,60	271 776,30
Comunicações	12 876,56	20 056,43
Seguros	34 225,86	32 373,85
Contencioso e Notariado	181,78	2 803,53
Despesas de Representação		204,00
Limpeza, Higiene e Conforto	1 962,59	1 561,80
Outros Serviços	66 900,90	68 532,39
<b>Totais</b>	<b>2 705 220,35</b>	<b>4 050 353,75</b>

### 14.3 Benefícios de empregados

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

*(valores expressos em euros)*

Gastos com pessoal	Período 2014	Período 2013
Remunerações Órgãos Sociais	77 337,62	207 576,97
Remunerações do Pessoal	1 030 844,96	940 092,39
Encargos com Remunerações	191 111,99	186 637,70
Seguros de Acidentes de Trabalho	19 827,22	17 415,58
Gastos de Acção Social	1 602,91	2 737,40
Outros Gastos com Pessoal	14 060,14	7 949,38
<b>Totais</b>	<b>1 334 784,84</b>	<b>1 362 409,42</b>

No exercício de 2014 a H-TECNIC registou um número médio de trabalhadores de 38 (o número médio de trabalhadores em 2013 foi de 44). Em 31.12.2013, a Empresa apresentava 38 trabalhadores no seu quadro de pessoal, enquanto a 31.12.2014 o número de trabalhadores era de 36 pessoas.

### 14.4 Outros rendimentos e ganhos e outros gastos e perdas

As contas Outros rendimentos e ganhos e Outros gastos e perdas apresentaram a seguinte decomposição no período de 2013 e 2014:

*(valores expressos em euros)*

		Período 2014	Período 2013
Outros rendimentos e ganhos	Rendimentos Suplementares	0,00	0,00
	Descontos de Pronto Pagamento	313,23	183,57
	Rendimentos e Ganhos em subsidiárias	0,00	0,00
	Excesso de estimativa de imposto	0,00	0,00
	Correcções de exercícios anteriores	0,00	0,00
	Outros	3 626,02	100,00
<b>Total</b>		<b>3 939,25</b>	<b>283,57</b>
Outros gastos e perdas	Correcções de exercícios anteriores	0,00	0,00
	Impostos e multas fiscais	12 403,57	5 581,96
	Perdas em investimentos não financeiros	0,00	0,00
	Outros	6 458,00	7 008,00
<b>Total</b>		<b>18 861,57</b>	<b>12 589,96</b>

**14.5 Juros e rendimentos similares obtidos e Juros e gastos similares suportados**

As contas de juros referentes ao período de 2014 e 2013 apresentavam a seguinte decomposição:

*(valores expressos em euros)*

		31.12.2014	31.12.2013
Juros e rendimentos similares obtidos	Juros e outros rendimentos financeiros	1 004,00	51 702,41
	Total	1 004,00	51 702,41
Juros e gastos similares suportados	Outros gastos e perdas financeiras	32 236,04	41 793,68
	Subtotal	32 236,04	41 793,68
	Total	32 236,04	41 793,68

**15. Responsabilidades da empresa por garantias prestadas**

Em 31 de Dezembro de 2014, existiam garantias de obras prestadas a clientes no valor de 1.858.952,83 euros.

**16. Acontecimentos após a data do balanço**

A data em que as demonstrações financeiras estão autorizadas para emissão é 29 de Maio de 2015.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Gerência.

Desde 31 de Dezembro de 2014 e até essa data não ocorreram quaisquer factos que não estejam já ajustados e/ou divulgados nas demonstrações financeiras.

Técnico responsável

A Gerência

João Paulo Oliveira Batista

José Maria Pereira Coelho

João António C. Farinha

**RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO**

**RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO**



**CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**

**CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**